

**Deslocamento do contínuo:
a morte assistida como acontecimento discursivo e jornalístico**

*Displacement of the continue:
Assisted death as a discursive and journalistic event*

Marcelo Almeida DUARTE¹

Resumo

A morte por excelência é um fenômeno provocador de fissuras na continuidade. Diante disso, este trabalho é uma revisão teórica acerca da noção de acontecimento. Nossa opção é observar duas variações dessa noção, a primeira histórico/filosófica tange ao pós-estruturalismo de Michel Foucault (2007) e a sua variação comunicacional o acontecimento jornalístico. O objetivo é fundamentar teoricamente o acontecimento discursivo e o acontecimento jornalístico, tendo como objeto de análise a morte assistida. Almejamos a separação/diferenciação entre os acontecimentos, uma tentativa de criar um sextante teórico, para direcionar futuras pesquisas. Entre as consequências de fazer essa diferenciação, está a possibilidade de olhar a morte assistida como acontecimento capaz de produzir uma nova organização sobre a morte e a vida. Isto posto, tratar a morte nessa perspectiva do acontecimento é fundamental para compreender um certo regime de organização das experiências em torno da finitude.

Palavras-chaves: Acontecimento. Morte assistida. Acontecimento discursivo. Acontecimento jornalístico.

Abstract

Death par excellence is a phenomenon that provokes cracks in continuity. Therefore, this work is a theoretical review about the notion of event. Our option is to observe two variations of this notion, the first historical/philosophical refers to the post-structuralism of Michel Foucault (2007) and its communicational variation the journalistic event. The objective is to theoretically support the discursive event and the journalistic event, having assisted death as the object of analysis. We aim for the separation/differentiation between the events, an attempt to create a theoretical sextant, to guide future research. Among the consequences of making this distinction is the possibility of looking at assisted death as an event capable of producing a new organization about death and life. That said, treating death from this perspective of the event is fundamental to understanding a certain regime of organization of experiences around ending.

Keywords: Event. Assisted death. Discursive event. Journalistic event.

¹ Mestrando em Comunicação e Poder pelo programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: Almeidamarceloduarte@hotmail.com

Introdução

A noção de acontecimento tem raízes longínquas, aparecendo mais especificamente com os gregos estoicos, que compartilhavam a teoria dos incorpóreos (BRÉHIER, 2013). Foucault reconhece no incorpóreo o ponto de deslocamento do acontecimento. “Digamos que a filosofia do acontecimento deveria avançar na direção paradoxal, à primeira vista, de um materialismo do incorpóreo” (FOUCAULT, 2006, p. 58). O acontecimento não é corporal, ele é incorpóreo, não se pode aprender o incorpóreo, conseguimos aprisionar somente os rastros do acontecimento.

A morte é um acontecimento da ordem do incorpóreo, livre de limitações espaço/tempo. A morte não pode ser assenhoreada, confiscada ou capturada, carrega consigo a condição de: inapreensível. Na impossibilidade de governar a morte enquanto acontecimento, nos resta apenas vergar sobre seus rastros que incidem sobre o corpo. O corpo sem vida continua a ser o próprio corpo, atributo da morte como acontecimento modificando a sua relação com o devir-defunto, é o corpo, a superfície topológica privilegiada para inscrição dos rastros do acontecimento.

Os estatutos (regulamentos, regras, funcionamento) que regem o acontecimento discursivo e o acontecimento jornalístico são diferentes, mas ao mesmo tempo articulam-se. Tanto o acontecimento jornalístico quanto o discursivo perpassam pelo que nomeamos de forma *lato* como princípio da dispersão, fazendo emergir inúmeras possibilidades de encadeamentos discursivos, designar hierarquia de importâncias e uma gama de correlações discursivas.

O objetivo deste artigo é produzir uma fundamentação teórica acerca do acontecimento discursivo e do acontecimento jornalístico, além de oferecer subsídios para o reconhecimento da morte assistida como acontecimento. Por mais que a morte possa ocorrer de inúmeras formas, seja por intermédio de um homicídio, seja decorrente do risco de alguma profissão, ou ainda simplesmente pelo acaso, tratamos aqui de um modo específico e singular de morrer: a morte assistida. Para tal, o procedimento metodológico adotado foi a revisão sistemática da literatura acerca do acontecimento discursivo e jornalístico e arqueogenealogia como operador (CANDIOTTO, 2007). Tal opção deve-se ao fato da necessidade de determinadas formações discursivas existirem possibilitando o aparecimento de determinados enunciados sobre a morte assistida. Para além disso, a questão do poder que é imanente às práticas discursivas, dessa forma,

arqueogenealogia nos parece ideal para compreender como a verdade, poder e o saber sobre a morte assistida atravessam o instante e o sujeito com o desejo pela morte voluntária. Arqueologia neste trabalho aparece como o sextante norteador que permite capturar as discursividades emergentes em torno da morte assistida e possibilita análise dessas discursividades. A genealogia por sua vez ocupa neste trabalho uma posição tática, de certa forma um recurso de intervenção ou insurreição contra os efeitos centralizadores do poder que estão ligados à uma instituição, a um discurso científico e a um saber que faz uso da referencialidade a discursos científicos (FOUCAULT, 2010).

Morte como acontecimento discursivo

A estratégia de reconhecer a morte assistida como um acontecimento discursivo é a possibilidade de compreender quais enunciados são possíveis a partir dessa morte específica, pensar nas condições necessárias para o sujeito ocupar uma posição nesses casos, sejam os jornalistas, os que se encontram em vias de morrer, os familiares, as autoridades sanitárias ou mesmo outros indivíduos que venham tomar a fala.

Ao abordar a morte assistida como um acontecimento discursivo do nosso momento histórico, implica-nos também em uma ruptura com a dicotomia vida e morte. Possibilitando a emergência de novos enunciados que colocam em estado de confronto os enunciados sobre a manutenção da vida (a vida como obrigação, o afastamento da morte no cotidiano) mesmo quando a morte já faz morada, esfumaçando os limites anteriormente evidentes para visões dicotômicas entre viver e morrer. Para pensarmos, essa forma de antecipar a morte como um acontecimento discursivo, alguns procedimentos se fizeram necessários, observar práticas discursivas e não discursivas de um acontecimento na gênese da nossa atualidade.

Atualidade pensada aqui como moldura que envolve o presente, dessa forma criando alteridades e dominando as mesmas, provocando uma interpelação do morrer em nossa atualidade. Construir uma diferenciação entre os conceitos não é um trabalho simples, pois não basta apenas apresentar as características de cada elemento, mas é preciso definir os conceitos morfológicamente semelhantes que apresentam sentidos diferentes, apesar das articulações entre ambos, estão enquadrados em formações discursivas diferentes.

A morte assistida enquanto acontecimento discursivo é da ordem das séries homogêneas, tal como o acontecimento que não parte de um sujeito ontológico. Em uma perspectiva genealógica é compreender como o confronto entre os corpos possibilitou a emergência de composições, configurações singulares de sujeitos, instrumentos, objetos e significações que perpassam as relações de poder. Tudo isso associado a práticas que atravessam o discursivo e o não discursivo, tendo impacto no sujeito e no instante.

Produzir singularidades que não conduzem a uma evolução originária é, antes de tudo, reconhecer dentro do jogo histórico as diferentes representações do discurso, assumindo um caráter policéfalo. O acontecimento discursivo morte assistida não faz reverência a uma causa teológica e nem promove uma caminhada a uma condição natural, ocupa um outro lugar, lugar este que define: o cenário e a dimensão de um determinado discurso, a não existência de um sujeito fundante, mais sim sujeitos que aceitam as condições necessárias para dizer algo.

Nesse aspecto, faz emergir objetos e sujeitos que não preexistiam, mas emergem juntamente com os enunciados ao redor da morte assistida: o médico responsável por acompanhar o fim da vida, a sala reservada exclusivamente a pacientes com doenças terminais, toda jurisprudência que nasce com a morte assistida e o conjunto de leis regulamentadoras da prática.

Pode ser vista como uma rachadura no campo das possibilidades de compreensão da vida e da morte, ou seja, seria indagar quais as experiências envolvendo a morte são possíveis diante daquilo que o mundo oferece e quais enunciados agora diferentemente do passado podem aparecer. E se é possível produzir alteridades no modo de vivenciar toda a experiência que cerca o morrer. Se é preciso pensar em novas possibilidades de experienciar as afecções que estão envolta do fenômeno morte, também é preciso observar a produção de dispositivos ou arranjos terapêuticos cuja função regular é adestrar os sujeitos em estado terminal para uma morte culturalmente aceita.

É colocar sobre o crivo da reflexão como uma lógica produtiva do poder capaz de produzir individualidades que organizam, ordenam, enquadram, ajustam, sistematizam a própria vida dentro dos limites estabelecidos para morrer. Nosso desdobramento é sempre no presente, pois é nele que a morte assistida como acontecimento discursivo vai se instaurar, no jogo do agora, no instante. A sua realidade enquanto discurso, sua realidade indubitável e sua existência advinda de uma causalidade possibilitadora.

A espinha dorsal do acontecimento discursivo ancora-se na obra de Foucault especialmente *Arqueologia do Saber* (2007). Tal obra fornece ferramentas para compreender as descontinuidades históricas em torno do fenômeno da morte assistida. Tomando essa obra como norteadora, pensamos o acontecimento discursivo morte assistida como a condição possibilitadora da emergência de determinados enunciados. É a condição necessária para o discurso ser dito, reconhecido, aceito, validado. Isso posto, antecede o nascimento de um novo enunciado, impossível de datar o seu aparecimento, logo fugindo da prisão cronológica da origem.

Para um enunciado sobre a morte assistida emergisse se fez necessário condições não discursivas e discursivas. As condições não discursivas são as práticas, as instituições, os acontecimentos, fatos políticos, os processos e os trâmites econômicos. É todo um aparato não discursivo sustentando e dando condições para a emergência do enunciado. As condições discursivas são o conjunto de enunciados articulados dentro de uma formação discursiva possibilitando a enunciação de algo, é o caso da morte assistida que se tornou objeto de inúmeros saberes.

Podemos dizer que a morte assistida foi medida e mensurada pela Medicina, enquadrada pelas regras e leis do Direito, contestada pelo fundamentalismo religioso. É a positividade do nosso momento histórico que tornou possível falar de morte assistida. Quando a morte assistida emerge como um problema social, econômico, médico e judicial apresenta-se as condições não discursivas, a morte assistida é antes de tudo transformada em objeto por um conjunto de saberes. Dessa forma, só é possível falar de morte assistida porque as condições históricas atuais possibilitam a enunciação de determinados enunciados. Não seria possível tratar do ato de optar pelo fim da própria vida na Idade Média, por exemplo, porque a racionalidade cristã não possibilitava as condições discursivas e não discursivas para essa enunciação. Tal impossibilidade deve ser atrelada às condições discursivas específicas de cada período histórico, só podemos tratar a morte assistida enquanto um problema da ordem do dia, porque a nossa atualidade possibilita. A partir disso, toda uma lógica discursiva nasce em torno desse objeto, as regras de formação vão ditar as possibilidades de dizer algo e o limite para o dito dentro de determinadas condições históricas

Há entre os objetos presentes no mundo e o discurso sobre eles uma imposição de sentidos, regras, limites, possibilidades, regulação. Uma certa forma de violência contra as coisas do mundo aplicada pela especificidade do discurso. Apontar as demarcações, as

racionalidades fomentadoras da captura dos fenômenos em suas superfícies emergenciais, cada momento histórico possibilita que determinados saberes trate as superfícies de emergência em sua especificidade. A especificidade possibilita que a morte seja reconhecida, ordenada em certa medida, no sentido de estabelecer critérios determinados pela positividade dos saberes que buscam significar o fenômeno. Para tal, não basta apenas dizer o que é a morte, é necessário criar uma linha de pensamento que dê conta de sistematizar tal fenômeno dentro de uma cadeia de discursos.

Toda essa regularidade acerca do que pode ser dito sobre a morte assistida trata-se de formações discursivas, um conjunto de enunciados que estão além de uma redução a objetos linguísticos, o enunciado não é uma “estrutura proposicional”, também não corresponde a uma frase e não pode ser definido como um “ato de fala” (FOUCAULT, 2007). É antes a concatenação desses elementos linguísticos e não linguísticos dentro de uma regularidade que se apresenta como ciência, teoria ou uma disciplina.

A regularidade tem esse caráter de ordenar os enunciados dentro de formações discursivas específicas possibilitando que certos discursos possam emergir, exemplo a linguagem médica que racionalizou a morte e fez dela objeto constituído entorno de uma racionalidade. Racionalidade essa envolta de uma gama de enunciados.

Todo enunciado responde a um outro enunciado dito em algum momento da história, mesmo assim não se trata de buscar uma origem, é o oposto, evidenciar que existe uma correlação simultânea entre os enunciados. O que está dito só foi possível de se dizer, porque já foi dito, autorizado e regularizado o seu dizer em outro lugar. Quando na Modernidade o saber médico instaura uma outra racionalização sobre a morte ela possibilita a emergência de novos enunciados. Os médicos do século XVIII ao negarem que as doenças transmitidas por cadáveres são fruto de feitiçarias ou mesmo obras do demônio, possibilitam a constituição de uma medicina sanitarista em torno da morte.

Não é procurar “no dito” uma interioridade, traçando um caminho até um enunciado primeiro, localizado no tempo e espaço promovendo a reorganização de tudo que é dito pelo sujeito. É tratar os enunciados dentro da sua especificidade, diferentemente dos estruturalistas, que tratavam os enunciados como uma interpretação de processos oriundos de um outro lugar.

O enunciado deve ser observado a partir das suas regularidades, da sua emergência, capturado no instante da sua enunciação o sujeito que diz algo não o faz por uma consciência soberana individual ou coletiva localizada temporalmente. Não é o

sujeito o regente da enunciação, no jogo das regras: regulações, delimitações, conduzem as possibilidades existentes que permitem a determinados sujeitos ocuparem o lugar de fala. Ora, se nem tudo pode ser dito, o que possibilita a certos sujeitos as condições para enunciar algo é mais a aceitação das imposições necessárias para tal, do que uma subjetividade transcendental. É antes de tudo no cruzamento e entrecruzamentos de certos sujeitos das regularidades dentro do jogo da exterioridade que permite se dizer algo. (FOUCAULT, 2007).

A morte como acontecimento jornalístico

O acontecimento jornalístico é o que é declarado e tem a pretensão de ser uma verdade sobre o mundo. Ou, como afirma Lage (2014) é a linguagem jornalística capturando, enquadrando, deformando um fenômeno presente no mundo - no tempo e no espaço - para dar conta dele dentro das suas especificidades. Para ser acontecimento jornalístico é preciso que haja um certo número de regras e regularidades estabelecidas por uma instituição jornalística, onde o sujeito ao declarar algo como sendo um dado passível de transformação em acontecimento jornalístico está em uma situação que possa pela positividade do saber jornalístico testificar com veracidade os eventos.

Não é novidade que o nosso momento histórico é profundamente marcado pelo processo de midiaticização dos encontros fortuitos do dia a dia. Boa parte dos eventos atravessadores do nosso modo de viver em sociedade são apresentados em grande parte pelos jornais onde são recortados e transformados em fatos jornalísticos. O jornalismo captura os acontecimentos do mundo, mas estes só ganham sentido por meio de um processo de estruturação que lhes é conferida pela linguagem (CHARAUDEAU, 2007).

Dessa forma, tangente a morte assistida, há uma formação discursiva jornalística que organiza, delimita, marcar o pertencimento ou não pertencimento de determinados eventos ao fazer jornalístico. Um conjunto de práticas sistemáticas servindo como caixa de ferramentas para o sujeito jornalista, submetido a essas condições impostas para enunciar algo. A veracidade é a norma que conduz atividade jornalística. Aqueles que se dedicam à profissão assumem a missão de serem verídicos no que dizem. Toda comunicação para ser eficaz precisa se submeter a determinados pressupostos, no caso aqui jornalismo o compromisso com a veracidade da verdade (GOMES, 2009).

O discurso que pretende versar sobre a morte assistida deve partir do princípio da veracidade, o jornalismo para tal faz uso da função referencial, ancorando se em outros saberes para produzir e permitir que os seus assumam uma posição de falar algo sobre o mundo. Por isso, quando o jornalista toma a posição de falar sobre algo no mundo, de produzir um enunciado declarativo, cuja função é de interpretação sobre um evento no mundo “um carro bateu”, “está chovendo”, “indivíduo solicitou a morte legalizada” ele se propõe a fazer uma proposição verdadeira.

Segundo Mayra Rodrigues Gomes (2003), há uma vontade de verdade presente no jornalismo enquanto prática discursiva se ramifica até a realidade vivida. Ou seja, aliado a um instrumental que permite capturar o cotidiano, o discurso jornalístico pauta a realidade a constituí-la de uma certa forma, as práticas de escrutínio e todo o aparato veiculado ao saber jornalístico funcionam como instrumento ordenador e normatizador da vida ordinária identificando e registrando as anormalidades. Dito isso, o acontecimento jornalístico passa por um processo de apreensão de suas instâncias a fim de se produzir uma ordem lógica - um início e um fato. Dessa forma, a morte assistida emerge como elemento estranho a normalidade cotidiana, noticiar a morte assistida é dar ela uma lógica para se tornar parte de uma inteligibilidade.

Nem todos os acontecimentos jornalísticos são da ordem da causalidade, existem certos acontecimentos jornalísticos pensados na ordem do interesse de determinados agentes (LAGE, 2014). Se não é possível compreender os fenômenos cotidianos em sua integralidade e singularidade, a morte assistida não escapa à regra. Há um processo ou movimento na captura da morte assistida que deve ser levado em consideração. Tange a figura do jornalista como intérprete do evento em forma de fatos, tendo como base a regularidade do campo. Entretanto, a subjetividade do jornalista não fica em estado de suspensão, mas, ela está mais para modos de subjetivação do que para subjetividade.

Pensando o jornalismo como um ecossistema composto por regularidades internas e externas, o acontecimento jornalístico é o que faz frente a essas regularidades. As relações humanas podem ser divididas em três categorias, biológica, existencial e social, (CANGUILHEM, 2011), e o jornalismo majoritariamente trata da vida no aspecto social. O acontecimento jornalístico é por natureza aquilo que provoca um desvio na normalidade social. Para compreender essa posição do acontecimento jornalístico, se faz necessário colocar o jornalismo numa posição onde faz uso da linguagem como princípio de estabilidade dos sentidos sociais.

E é no jogo de descobrir como enunciar o mundo como ele se apresenta é que o jornalista usa dos recursos da linguagem para: delimitar, controlar, marcar, dimensionar, enquadrar as experiências e configurar distâncias. Esses recursos, por sua vez, não estão dispersos pelo ar, os próprios instrumentos da linguagem que o jornalista dispõe fazem parte de uma série de normas e regras. Dessa maneira, a morte assistida é delimitada dentro da discursividade jornalística que vai buscar elementos para enquadrar esse evento dentro de uma racionalidade delimitadora. As possíveis ligações entre a morte assistida e demais eventos cotidianos se dão pela linguagem e sua instrumentalização.

Desta maneira, utilizando-se da linguagem como ferramenta para compreender e apreender o cotidiano, o jornalismo também dá maior visibilidade a determinados padrões, características que em seu conjunto homogêneo ditam a norma e o desvio. A normalidade apresentada pelo saber jornalístico é antes de tudo uma condição discursiva atravessada por regulamentações. Entre o que é apresentado e o interlocutor há uma certa forma de convencimento da realidade ser exatamente aquela, o que não escapa de uma imposição de uma conduta moral (CHARAUDEAU. 2007). Por isso, o morrer assistidamente é um abalo nos quadros de sentidos pois a regra cotidiana gira entorno da sacralidade da vida. A noção de normalidade e desvio não é uma coluna sedimentar que serve como referência para o norteamento do comportamento adequado na sociedade. Ao longo da história o normal e o desvio foram ganhando novos contornos, elementos e personagens. Essas práticas permanecem inalteradas, mas o significado dado a elas mudou, e há uma descontinuidade histórica entre essas práticas e esses significados. Portanto, pode-se reconhecer que o limite normal não é absolutamente fixo, mas é fixo até que o novo limite seja estabelecido, e no atual momento histórico o saber jornalístico ocupa esse papel de polícia da normalidade, como dito anteriormente ancorado na referencialidade.

Considerações finais

Como dito anteriormente, este trabalho buscou produzir um sextante teórico para compreender a morte assistida como acontecimento discursivo e jornalístico. Observamos que ambos estão concatenados na medida que visam a descontinuidade. Concluímos neste breve trabalho como os acontecimentos capturam a morte de forma diferente, enquanto o

acontecimento discursivo se interessa pela enunciabilidade da morte o acontecimento jornalístico busca referenciar a morte, dando a ela um início, meio e fim.

Observamos que a figura do jornalista é essencial na produção do acontecimento jornalístico e da captura da morte assistida, pois é ele num processo de subjetivação que vai reconhecer em muitos casos um fenômeno a ser tratado como um acontecimento. As visibilidades e os enunciados não podem ser descolados do saber, o saber não pode ser resumido apenas ao aspecto científico, ele é antes, tudo aquilo com pretensão de verdade que é atravessado por visibilidades e enunciados. O saber jornalístico não é científico, diga-se de passagem, mas realiza um procedimento de averiguação do cotidiano com a pretensão de verdade.

Ao que tange ao acontecimento discursivo, as condições para dizer em uma época quais os critérios, as práticas, os modos, as formas de ser e de se relacionar com o mundo são consideradas normais só é possível se capturarmos as condições de visibilidade e enunciabilidade dessa época. No caso da morte assistida a positividade do acontecimento discursivo produz sujeitos específicos, levando em consideração que na atualidade viver apresenta-se como uma obrigação. Diante disso emergem figuras pontuais: o médico que pode dizer se aquela vida merece ou não ser vivida; o enfermo terminal aquele sem condições de ordenar a própria vida e o jurista que define a legitimidade dos atos das figuras anteriores. No mais, este trabalho dentro das suas perspectivas conseguiu mesmo que de forma introdutória produzir uma fundamentação e diferenciação teórica acerca dos modos de pensar e refletir acerca da morte assistida. Entretanto, essa pesquisa não se esgota nesse breve texto.

Referência

BRÉHIER, E. **Do incorporal em geral: a crítica das ideias**. São Paulo: Autêntica Editora, 2013. Kindle.

CANDIOTTO, C. Verdade e diferença no pensamento de Michel Foucault. **KRITERION**, Belo Horizonte, n. 115, p. 203 – 217, jun 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100512X2007000100012ui k Acesso em: 10/08/2022.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007

DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Ed. Vega – Passagens. Lisboa, 1996.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2007.

FOUCAULT, M. Aula de 5 de janeiro de 1983 - primeira hora. In: **o governo de si e dos outros**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 3 24.

GOMES, M. **Poder no jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar**. São Paulo: Hacker Editores. Edusp, 2003.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2009.

LAGE, L. O acontecimento é o passado da notícia? In: **Para entender o jornalismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. cap. VI, p. 63 – 70.